



Diálogos

ISSN

2177-2940



As Relações Diplomáticas da Guiana e o Brasil: Do Surgimento à Consolidação (1966-1976)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.47111>

Iuri Cavlak

 <https://orcid.org/0000-0001-5175-8979>

Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: iuricavlak@yahoo.com.br

As Relações Diplomáticas da Guiana e o Brasil: Do Surgimento à Consolidação (1966-1976)

Resumo: Na primeira década de existência independente, a Guiana passou por uma fase de alinhamento aos EUA e outra de apego ao socialismo. Neste artigo, analiso a documentação diplomática brasileira produzida no Itamaraty, assinada pelos chanceleres e despachadas com os respectivos generais presidentes, de modo a problematizar a política externa da Guiana e sua busca por melhores caminhos de inserção internacional. Trata-se de uma documentação inédita, via preciosa para entendermos a história desse país. Concluo que, com a autonomia no alinhamento em relação aos EUA, o Brasil pôde encarar a Guiana de maneira profissional, garantindo a manutenção de sua soberania.

Palavras-chave: Diplomacia, História, Política.

The Guyana's diplomatic relations and Brazil: From Emergence to Consolidation (1966-1976).

Abstract: In the first decade of independent existence, Guyana went through a phase of alignment with the US and another phase of socialism. In this article, I analyze the Brazilian diplomatic documentation produced at the Itamaraty, signed by the foreign ministers and dispatched with their respective presidential generals, in order to problematize the foreign policy of Guyana and its search for better paths of international insertion. It is an unpublished documentation, precious way to understand the history of that country. I conclude that, with autonomy in alignment with the US, Brazil was able to face Guyana in a professional manner, ensuring the maintenance of its sovereignty.

Key words: Diplomacy, History, Politics.

Las Relaciones Diplomáticas de Guyana y Brasil: Del Surgimiento a la Consolidación (1966-1976)

Resumen: En la primera década de existencia independiente, Guyana pasó por una fase de alineamiento a EEUU y otra de apego al socialismo. En este artículo, analiza la documentación diplomática brasileña producida en Itamaraty, firmada por los cancilleres y despachadas con los respectivos generales presidentes, de modo a problematizar la política exterior de Guyana y su búsqueda por mejores caminos de inserción internacional. Se trata de una documentación inédita, preciosa para entender la historia de ese país. Concluyo que, con la autonomía en la alineación hacia los Estados Unidos, Brasil pudo encarar a Guyana de manera profesional, garantizando el mantenimiento de su soberanía.

Palabras clave: Diplomacia, Historia, Política.

Recebido em: 21/03/2019

Aprovado em: 23/05/2019

Introdução

O processo de independência da Guiana frente a Inglaterra ocorreu através de muitas contradições e violência, sobretudo a partir do início dos anos 1960. Com um forte partido marxista, de um lado, e uma oposição interna auxiliada pelos EUA, de outro, a solução encontrada pela metrópole passou pela mudança do sistema eleitoral, alijando os socialistas do poder e franqueando a ascensão de um partido de supremacia negra, alinhado ao Ocidente na política externa (RABE, 2005).

O PNC (*Peoples National Congress*), sob liderança de Forbes Burnham, singrou entre direita e esquerda, o que não impediu de procurar o Brasil e seu regime militar, visando a construção de uma parceria de alto nível. Desde maio de 1966, quando da independência, Brasília foi entendida como principal aliada, articulada com apoio norte americano e inglês (LIMA, 2011). A Guiana já nasceu com uma forte disputa territorial com a Venezuela, e outra com o Suriname, impelindo ainda mais para a necessidade de simpatia do Itamaraty nos fóruns internacionais, para além do imperativo de trocas econômicas com um país fronteiriço de imensa magnitude.

Ocorreu que, em fevereiro de 1970, o governo Burnham, já consolidado no poder, decretou a Guiana como República Cooperativa, estremecendo suas relações com Washington e Londres e iniciando um processo interno de estatizações. Aderiu formalmente ao movimento dos países não alinhados, fortaleceu a retórica do terceiro-mundismo e fortaleceu sua diplomacia com o leste europeu, República Popular da China e Cuba (PROCOPIO, 2007).

No Brasil, naquele período, se desenvolveu uma política externa pragmática e menos alinhadas aos EUA, de modo que, no caso da Guiana, a virada ideológica encontrou na nossa política externa, a meu juízo, maior capacidade de absorção e entendimento. A “diplomacia do interesse nacional” e o “pragmatismo responsável” (VIZENTINI, 1998), respectivamente, enquadraram o pequeno vizinho de maneira profissional, resultando num relacionamento bastante satisfatório, embora não desprovido de suspeitas e preocupações.

Neste artigo, meu objetivo é acompanhar as análises de política externa realizadas pelo Itamaraty através dos despachos dos nossos chanceleres com os generais presidentes, documentos inéditos compulsados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, recém disponibilizados para pesquisa. Trata-se, em linhas gerais, de dossiês, informes e diretrizes assinadas pelos ministros, em algumas vezes secretários, e discutidos diretamente com o gabinete da presidência da república.

Assim, além de acompanhar a leitura da realidade guianesa pelo Itamaraty, é possível perscrutar as hipóteses e as efetivas tomadas de decisão frente a um vizinho pouco conhecido na

historiografia brasileira e num momento chave da sua história. Em face a dificuldade de encontramos registros sobre a história da Guiana no Brasil, essa documentação faculta a possibilidade de reconstituirmos, ainda que parcialmente, a evolução política e econômica desse vizinho amazônico.

A hipótese levantada é que, antes de ser um entrave para o desenvolvimento da Guiana, a ditadura brasileira auxiliou a inserção desse país nas relações internacionais, defendendo suas fronteiras do assédio venezuelano e surinamês e prestigiando, até certo ponto, seus arroubos socialistas, através de relações bilaterais e da projeção internacional na Amazônia, que culminou em diversas iniciativas, como a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), efetivado em 1978.

O recorte escolhido repousa no objetivo de refletir sobre as vicissitudes de um caso particular, qual seja, consolidação inicial de um país de cultura caribenha, embora localizado na América do Sul, emancipado politicamente num período tardio, se comparado aos vizinhos ao Sul, e na conjuntura das independências do Caribe anglófono.

A meu juízo, a década que sucedeu a independência foi um intervalo de tempo onde a Guiana se viabilizou enquanto nação independente, demonstrando várias peculiaridades possíveis de serem problematizadas pela ótica da relação diplomática com o Brasil. No final dos anos 1970, o país passou por severas crises econômicas e políticas, inclusive com a reabertura do imbróglio fronteiro com os venezuelanos e o bloqueio estadunidense no quesito de empréstimos e financiamentos de organismos internacionais. (BROTHERSON JR, 1989, p. 18). Porém já estava consolidada no concerto das nações, desenvolvendo de forma estreita a aliança com o Brasil.

A Conjuntura da Política Externa da Guiana e do Brasil:

De 1966 até 1970, a política externa da Guiana esteve bastante próxima dos EUA e da Inglaterra. De acordo com Erick Cavalcanti Linhares Lima, o recém-criado país recebeu apoio financeiro da Aliança para o Progresso, bem como ajuda na elaboração de seu primeiro Programa de Desenvolvimento (LIMA, 2011, p. 52). Forbes Burnham, então primeiro-ministro, exprimiu declarações inequívocas contra o comunismo, sinalizando de que lado se encontrava na Guerra Fria.

Havia dois problemas principais em relação a política externa. O primeiro repousava na consolidação das fronteiras. No lado leste, mais de dois terços do território, a chamada *Guiana Essequiba*, era reivindicado pela Venezuela. A oeste, uma faixa de terra chamada de *New River Triangle* reclamada pelo Suriname. O segundo, o isolamento de uma antiga colônia recém emancipada.

Ao contrário do que se esperava, a Inglaterra não exerceu um papel preponderante após deixar sua soberania política, optando por relegar sua antiga posse aos auspícios de Washington. Outrossim, no início dos anos 1960, a chamada “Federação das Índias Ocidentais” naufragou, contribuindo para a manutenção da condição fragmentária dos pequenos países do Caribe.

Por conta dos problemas lindeiros, a Guiana não logrou sua entrada na Organização dos Estados Americanos (OEA), o que só se daria em 1991. Em 1968, buscou articulação com o CARIFTA (Associação Caribenha de Livre-Comércio), participando posteriormente, como fundadora, do CARICOM (Comunidade do Caribe), em 1973. Até hoje Georgetown é a sede dessa instituição.

Nesse sentido, seus esforços de participação em comunidades internacionais mais amplas se deram na ONU e especialmente no “Movimento dos Países Não Alinhados”, nesse último sediando reuniões de cúpula e participando da presidência. Nas relações com outros países, desde o começo escolheu o Brasil como parceiro primordial. Na oposição, Jaggan, o mais importante adversário de Burnham, classificou o regime brasileiro como “ditadura fascista”, criticando essa diretriz guianesa. (LIMA, 2011, p. 52).

Com a sistemática diminuição dos investimentos norte-americanos, e a manutenção e até crescimento do ideário socialista no seio de sua população, Burnham foi invertendo os polos, dando início, a partir de 1970, com um processo interno de estatizações e nacionalizações, visando as empresas exportadoras de bauxita e açúcar. Rebatizou seu país em fevereiro de 1970 de República Cooperativa, traduzindo em política externa o apego ao “terceiro-mundismo”. (LIMA, 2011, p. 53).

No Brasil, a interdependência com relação aos Estados Unidos e a política das fronteiras ideológicas passou a ser abandonada na segunda metade da década de 1960, em favor da chamada “diplomacia da prosperidade”, implicando maior complexidade nas alianças e ênfase no desenvolvimento econômico (VIZENTINI, 1998).

Como afirmou Moniz Bandeira, “o abandono das fronteiras ideológicas, como doutrina, não significou que o Brasil toleraria, normalmente, o estabelecimento de um governo de esquerda, revolucionário, em países vizinhos” (BANDEIRA, 2003, p. 409). Ou seja, mesmo que o Norte amazônico estivesse em segundo plano, tendo em vista a geopolítica da bacia do Prata, para o Brasil sempre seria uma questão de segurança o perfil de relacionamento político aí desenvolvido.

Em alguns momentos, como na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, o Brasil se transformou no principal país a defender o desenvolvimento industrial do chamado terceiro mundo (CERVO e BUENO, 2002, p. 402). O que entrosava diretamente com as aspirações guianenses.

A projeção internacional da economia brasileira propiciou uma estratégia política de protagonismo no continente. Se no sul a Argentina colidiu várias vezes com esse cenário, no norte amazônico as diretrizes do Estado brasileiro tenderam a receber menos contestação e mais acolhimento. Assim, foi de encontro a necessidade guianesa de um parceiro estratégico como o Brasil com o interesse deste último na região amazônica e no Caribe.

A Disputa com a Venezuela e a inauguração das relações com o Brasil:

O primeiro documento referente a Guiana, no arquivo supracitado, versa sobre a criação do “Grupo de Trabalho para Integração da Amazônica”, iniciativa brasileira objetivando formação de um polo articulador nessa região da América do Sul. Ao ser produzido em janeiro de 1968, descreve a importância de construção de estradas, de modo que “permita ao homem afastar-se das calha dos rios e dominar a floresta tropical”. O então chanceler brasileiro, José Magalhães Pinto, reforça a necessidade do Brasil comandar essa iniciativa, sendo o Itamaraty incluso no núcleo formulador dessa política, até então restrita a Casa Militar. Ato contínuo, comenta sobre a questão da disputa territorial entre a Guiana e a Venezuela:

Cabe manifestar que se a Venezuela fôr (sic) vitoriosa no pleito citado ... assestará sério golpe às bases da teoria jurídica em que assenta a incolumidade de nossas fronteiras e poderá desencadear, na América do Sul, uma onda de revisionismo territorial difícil de prever. De igual maneira, se lograr absorver, como deseja, dois terços da Guiana, tudo faz crer que a diminuta parte restante do país virá a gravitar em torno (sic) da poderosa economia venezuelana ... Isso selará, de certa forma, o próprio destino da Guiana Holandesa (Surinam).¹

O Ministro ainda acrescenta que o perigo repousava numa possível vitória eleitoral, no pleito majoritário previsto para 1969, do marxista Jeddi Chagan, fato que poderia impulsionar de imediato a invasão venezuelana, chancelada assim pelos Estados Unidos.

Em junho de 1968, repassando informações da delegação brasileira presente nas comemorações do segundo aniversário da independência da Guiana, o Ministro afirmou que, da parte do governo Burnhan, haveria:

Um enorme interesse que o Brasil abra, o mais rápido possível, Embaixada em Georgetown; a preocupação de contar com o apoio do Brasil para a preservação das fronteiras da Guiana ...o desejo de aproximação econômica e cultural com o Brasil; a intenção de, superando ou contornando as objeções venezuelanas, vir a Guiana a integrar o sistema regional americano.²

¹Secreto. “Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia. Participação do Itamaraty”. 3 de janeiro de 1968.

²Confidencial. “II Aniversário da Independência da Guiana. Relações Brasileiro-guianenses”. 14 de junho de 1968.

No fundo, o governo guianês gostaria de entrar no TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e na OEA (Organização dos Estados Americanos), afirmando haver uma pressão de Caracas contrária a isso. Na festa comemorativa, o Itamaraty havia notado a ausência dos hindus, aproximadamente metade da população do país. As forças armadas contavam com 80% de negros, denotando um desequilíbrio perigoso para a estabilidade da jovem nação. O conselho era abertura da embaixada brasileira em Georgetown, apoio técnico e comercial, acordo cultural, maior aproximação política com Roraima, absorção de militares guianenses para treinamento no Brasil e defesa nos pleitos fronteiriços.³

Em 24 de junho de 1968, foi expedido o decreto para a abertura da Embaixada Brasileira em Georgetown. No informe, o Ministro afirmara que havia sido criado no Itamaraty um grupo de trabalho interministerial para a dinamização da cooperação bilateral entre Brasil e a Guiana. De imediato, o grupo visava:

assinatura de um acordo geral de comércio; possíveis facilidades para o trânsito, pela Guiana, de mercadorias procedentes do Território de Roraima ou a êle (sic) destinadas; interconexão da BR-401 com a futura estrada Georgetown-Lethem.⁴

A Venezuela, nesse ínterim, expandiu seu limite territorial marítimo, projetando-se ainda mais ao leste. De acordo com a diplomacia brasileira, os Estados Unidos se mostraram totalmente descontentes com a medida, estudando protestos e eventuais sanções contra Caracas.⁵

No início de janeiro de 1969, eclodiu na região contestada pela Venezuela a chamada “Revolta do Rupununi”, onde fazendeiros locais aliado a grupos indígenas proclamaram a independência da região, buscando inclusive apoio venezuelano. Para a diplomacia brasileira, as causas principais do levante teriam sido quatro: 1) insegurança dos fazendeiros da região frente a indefinição de certificados de posse de suas respectivas propriedades; 2) simpatia da Venezuela pela sublevação; 3) promessas de campanhas de Burnham de patrocinar uma colonização dos negros guianenses na região, de maioria branca e indígena; 4) treinamento prévio de guerrilha de habitantes do Rupununi realizados na Venezuela.⁶

Após rapidamente ser desbaratada a revolta pelas forças armadas da Guiana, vários refugiados se espalharam pelas fronteiras. O Itamaraty recebeu a informação da existência de 16 indivíduos no território de Roraima, ordenando que os mesmos permanecem em “liberdade vigiada”, e que, caso solicitassem asilo político, fossem habitar o mais longe possível da fronteira.

³ Idem, ibidem.

⁴ Confidencial. “Desenvolvimento da Amazônia. Projetos Multinacionais”. 30 de julho de 1968. Cf: (SILVA, 2005).

⁵ Secreto. “Problema Fronteiriço Venezuela-Guiana. Mar territorial”. julho de 1968.

⁶ Secreto. “Situação na Guiana”. 22 de janeiro de 1969.

A posição foi claramente pela legitimidade do governo central guianês, havendo inclusive reclamação formal do ministro brasileiro contra a violação da fronteira realizada por 2 aviões venezuelanos nos dias da revolta. A Venezuela oficialmente desautorizou qualquer apoio aos rebeldes, bem como a anexação do território litigioso.⁷

Quatro meses após o ocorrido, a Embaixada brasileira em Washington recebeu do Departamento de Estado um memorando a respeito da participação venezuelana na revolta. De acordo com a versão disponível no arquivo do MRE, os EUA alertaram ter conhecimento de um plano da diplomacia venezuelana, cunhado em fevereiro de 1968, apresentado ao então presidente Raul Leoni no sentido de estimular uma ocupação militar na região do Essequibo, que englobaria o Rupununi. Por um acordo celebrado em Genebra, em 1966, Venezuela e Guiana teriam até fevereiro de 1970 para decidir sobre o imbróglio. Caso não chegassem a um acordo, o assunto passaria a ser da alçada da ONU. Por entender que não haveria consenso bilateral até 1970, e que na ONU perderiam a questão, os diplomatas venezuelanos teriam aconselhado seu governo a treinar rebeldes do Rupununi, o que se confirmaria com a revolta de 1969.

Em março desse mesmo ano, assumiu a presidência da Venezuela Rafael Caldeira, segundo a imprensa um defensor da solução pacífica. Porém, na informação norte-americana, também seguia Caldeira com a ideia de solução pela força, só não prosperando por conta de ter sido avisado de que os EUA agiriam em defesa da Guiana. O despacho terminava afirmando a continuidade das trocas de informações entre Brasil e Estados Unidos sobre o problema, para uma prática comum de ambos sobre o assunto.⁸

De acordo com a diplomacia brasileira, a área do Essequibo correspondia a 2/3 de toda Guiana, e fora reivindicada desde o século XIX pela Coroa espanhola frente os britânicos. Com a intervenção dos Estados Unidos, a questão passou a ser arbitrada, sendo decidido, em Paris, em outubro de 1899, que 90% das terras ficariam com a Inglaterra. Acatou-se a decisão, com a demarcação da fronteira terminada em 1905.

A partir dos anos 1950 a Venezuela passou a contestar o laudo arbitral com maior veemência, levando para a OEA o problema. Em 1966, pouco antes da independência, a Inglaterra aceitou reabrir a discussão em Genebra, estabelecendo então o prazo até 1970 para um desfecho amigável, ou a ida da questão para a ONU, como foi dito. A Venezuela gostaria de anular o Laudo de 1889, enquanto que a Guiana só aceitaria modificações dentro de seu escopo. Com a iminência do encerramento da comissão mista, previsto para ano seguinte, a Venezuela tentava expandir o prazo de sua vigência, de modo a poder pressionar a Guiana por uma rediscussão. Na ONU, a

⁷ Idem, ibidem.

⁸ Secreto. "Litígio Venezuela-Guiana. Memorando norte-americano". 28 de maio de 1969.

tendência era tratar como julgado o caso, portanto a confirmar o *status quo* homologado por mais de meio século. A Venezuela, desde 1966, havia ocupado militarmente a ilha adjacente de Ankoko, aumentado os limites de seu mar territorial e apostado, ainda que sub-repticiamente, na revolta do Rupununi. Havia acusações de deslocamentos de tropas venezuelanas para essa fronteira.

De acordo com Argemiro Procópio, fazia todo sentido esse reclamo de Caracas:

No pertinente à inconformidade da Venezuela com a decisão de um tribunal arbitral internacional montado em Paris, isso ocorreu porque acertos políticos entre a Rússia e a Inglaterra viciaram o tal laudo arbitral em 1899, que foi manipulado por um prussiano de origem russa (PROCÓPIO, 2007, p. 108).

Vários governos e personalidades venezuelanas passaram o século XX discordando dessa solução, até que a independência guianesa proporcionasse a contestação em outro patamar.

Os Estados Unidos compartilharam com o Itamaraty a complexidade da situação. Eram contrários ao movimento militar venezuelano. Caso ocorresse uma invasão, teriam que retalhar a Venezuela economicamente, prejudicando suas próprias atividades com o petróleo local. Nesse cenário o popular líder comunista Jaggan demandaria ajuda de Cuba e dos soviéticos. Assim, o apelo vindo de Washington era pelo estreitamento de posição com o Brasil, em vista de evitar qualquer ato belicoso.⁹

Em fevereiro, o Itamaraty afirmou ter sido procurado pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para que apoiasse a entrada da Guiana na OEA. O Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa, asseverou que só o faria se obtivesse permissão do presidente venezuelano, chamando então o embaixador desse país em Brasília para expor o caso. Barbosa argumentou que seria vantajoso para a própria Venezuela, na medida em que poderia seguir pautando a questão fronteiriça num fórum regional, onde teoricamente teria maior poder de barganha se o assunto fosse das Nações Unidas como um todo. Na sua opinião, a inclinação do embaixador venezuelano tendia para essa solução, o que posteriormente não se concretizou.¹⁰

Guiana se expande internacionalmente:

No final de 1971, os relatórios do MRE passam a apontar uma contínua aproximação da Guiana com a República Popular da China. Junto com o Peru, seriam os primeiros países sul-americano a receber auxílio material desse país:

⁹ Secreto. “Litígio Territorial entre a Venezuela e a Guiana”. 30 de janeiro de 1970.

¹⁰ Secreto. 5 de março de 1970. Informação para o Senhor Presidente da República “Disputa Fronteiriça entre a Venezuela e a Guiana. Ingresso da Guiana na OEA”.

Na primeira quinzena de nov/71, durante visita a Pequim de uma Missão Comercial Guianense, foi firmado um acordo para colaboração técnica e um empréstimo de 20 milhões de dólares, possivelmente isento de juros. Dentro do programa acordado, a China montará na Guiana uma fábrica têxtil e uma usina siderúrgica, além de prestar assistência técnica e outros projetos. Na mesma ocasião foi assinado um acordo de comércio bilateral prevendo trocas em larga escala, sobretudo alumínio, açúcar e madeiras da Guiana.¹¹

Pari passu, o ministro Mario Gibson Barbosa se queixou da diminuta atividade econômica do Brasil *vis a vis* com a Guiana. Em visita a esse país, em novembro de 1971, o ministro teve reuniões com o presidente, Artur Chung, o primeiro ministro, Forbes Burnham, e outras autoridades:

Em mesa redonda discuti questões ligadas a assistência técnica nos campos da agricultura, exploração mineira e florestal, energia hidrelétrica, comunicações e educação, assim como aspectos do intercâmbio cultural e da cooperação econômica.¹²

De concreto, depois de reuniões com o Ministro das Relações Exteriores, Shridath Ramphal, foi criada uma Comissão Mista de assuntos Econômicos, visando incremento nessa área, com destaque para transportes. Já havia sido implantada, em 1968, uma comissão nesses termos, aparentemente sem desdobramento significativo. Continua Barbosa:

A fim de facilitar o incremento e diversificação do comércio recíproco, ofereci, em nome do governo brasileiro, uma linha básica de crédito de 3 milhões de dólares, cujos termos serão objetos de discussão por via diplomática. O intercâmbio comercial Brasil – Guiana tem sido, até agora, pouco significativo, em grande parte devido ao mútuo desconhecimento e à deficiência de transporte. Declarei, a esse respeito, que as autoridades competentes brasileiras estudam a possibilidade do estabelecimento de uma linha regular de navegação entre o Brasil e a Guiana.¹³

Seguia a criação de um “depósito franco” de mercadorias brasileiras, importadas e exportadas para o Caribe, dado que o caminho desse fluxo passava pelo porto de Georgetown, e a iniciativa e construção e uma ponte sobre o rio Tacutu, ligando ao território de Roraima. Barbosa comunicou “a concordância do Governo brasileiro em receber engenheiros guianenses para um

¹¹ Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. (a partir de 1970 essa frase foi agregada, na maioria dos casos, no início de cada documento). “China Comunista. Análise de Conjuntura”. 22 de dezembro de 1971.

¹² Confidencial. Informação ao Senhor Presidente da República. “Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Trinidad e Tobago, Guiana e Surinã (sic). Novembro de 1971. (na folha de rosto desse documento encontra-se, escrito a caneta, a frase “não foi entregue ao presidente”). Penso que o assunto pode ter sido discutido oralmente, sem o respaldo desse documento escrito específico, ou em outra ocasião fora do gabinete presidencial).

¹³ Idem, ibidem.

programa de familiarização com as técnicas de construção rodoviária adotadas na Amazônia brasileira”.¹⁴

O avanço do Brasil e da República Popular da China na Guiana reverberou na Venezuela. Em um ofício de maio de 1972, Mario Gibson Barbosa informou o presidente que, na Venezuela, estava disseminada a notícia de que os chineses iriam ocupar e colonizar a região do Essequibo, que seguia considerada como contestada. “Passou a constituir objeto de manchetes de primeira página dos principais jornais”, quase uma histeria coletiva. Não obstante, nas ponderações de Barbosa, havia a hipótese de uma denúncia calculada visando com que o governo brasileiro interviesse na questão a favor de Caracas, de sorte a evitar a presença dos comunistas asiáticos em sua fronteira. Negando que famílias chinesas iriam ocupar parte de seu país, o Ministério das Relações Exteriores da Guiana admitiu a presença, naquele momento, de uma missão comercial chinesa em Georgetown, e um acordo de 26 milhões de dólares para a construção de uma indústria têxtil com assistência técnica.¹⁵

Muito por conta desse contexto a Guiana procurou se engajar em coletividades internacionais de cunho político, de forma a melhorar seu poder de barganha e mitigar o isolamento advindo de sua condição geoestratégica e sua recém declarada independência. Em agosto de 1972 Georgetown foi sede a IV Conferência de Cúpula dos Países-Não Alinhados, movimento em que o Brasil não fazia parte. Aquela altura, já havia ocorrido a I Conferência, em 1961, em Belgrado, a II Conferência, em 1964, no Cairo, e a Terceira Conferência na Zâmbia, em 1970. Os mais destacados líderes haviam sido o indiano Nehru, o iugoslavo Tito e o egípcio Al Nasser.

Convidado a enviar observador, Mario Gibson Barbosa, no papel de chanceler, despachou com o presidente Médici, ponderando a importância da participação brasileira, até por se tratar do primeiro evento do tipo a ser realizado na América do Sul:

Não temos maior interesse em incentivar o movimento, nem tampouco, pelo menos até agora, em colocarmo-nos em oposição a ele. Em alguns aspectos, como os do desarmamento, desenvolvimento econômico, manutenção da paz e da segurança internacionais (sic), a posição não -alinhada tem se aproximado da política brasileira ... Por outro lado, o grupo congrega vários países com os quais matemos relações corretas, não sendo aconselhável declinar, sem razão ponderável, convite para enviar observador a reuniões a que alguns deles atribuem elevada importância.¹⁶

¹⁴ Idem, ibidem. A citada ponte só seria inaugurada em 2009.

¹⁵ Confidencial. “Relações Venezuela-Guiana. Alegada penetração chinesa na Guiana Essequiba”. (a caneta, está escrito no documento “o pr ficou com o original”). 15 de maio de 1972.

¹⁶ Confidencial. Informação ao Senhor Presidente da República. “IV Conferência dos Países Não-Alinhados. Observador Brasileiro”. 22 de junho de 1972.

O receio de que Médici talvez não autorizasse envio de observador poderia repousar no fato, indicado por Barbosa no documento, de que os não alinhados vinham de fato demonstrando cada vez mais simpatia a URSS. Nessa conferência de Georgetown, inclusive, Cuba atacou severamente a ditadura brasileira, gerando um mal-estar difícil de ser contornado. Enquanto observador, o diplomata brasileiro, em tese, não tinha o direito de acessar a tribuna para se defender. Entre outras coisas, o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raul Roa, asseverou que os Estados Unidos realizavam ações imperialistas no continente valendo-se de “alguns lacaios latino-americanos, principalmente das autoridades fascistas do Brasil”.¹⁷ Depois de muitas gestões, de diplomatas guianeses sobretudo, o observador brasileiro teve a palavra para rebater os cubanos.

Naquele contexto, o Chanceler da Guiana, Shridad Rampal, avisou o embaixador brasileiro que Cuba e Guiana estabeleceriam relações diplomáticas “nos próximos dias”, o que poderia gerar um problema de envergadura para o regime brasileiro, dado as ligações da esquerda armada com a ilha. Georgetown poderia se tornar uma rota de auxílio para exilados e guerrilheiros, tendo em vista a vizinhança e a magnitude da fronteira amazônica, fácil de ser violada. O chanceler guianense reforçou que não seria aberta embaixada cubana em seu país, nem uma embaixada guianesa em Havana. O posto diplomático da Guiana em Ottawa, no Canadá, cuidaria desses assuntos. Quase como um pedido de desculpas, o Rampal afirmara que, enquanto seu país não fosse admitido na OEA, estava desobrigado às sanções impostas aos cubanos, portanto no dever de manter relações diplomáticas.¹⁸

Em agosto de 1973, o Ministro das Relações Exteriores da Guiana novamente acionou a diplomacia brasileira sobre assunto relacionado a Cuba. No mês seguinte, ocorreria a V Conferência dos Países Não-Alinhados, em Argel, e Fidel Castro estaria em Georgetown para inaugurar uma linha aérea que sairia da ilha com escala na Guiana. Mais que isso, fora feito o convite para que o líder guianês Forbes Burnham seguisse com Castro no mesmo avião com destino a conferência em Argel. Dizendo da excelente linha de comunicação mantida com o ministro Rampal, Barbosa comunicou Médici:

O chanceler da Guiana acrescentou que seu governo não permitiria que o Primeiro Ministro cubano usasse sua viagem à Guiana para tecer críticas e ataques ao Brasil ... Ajuntou que o Primeiro Ministro Burnham, durante o voo (sic) a Argel, se esforçaria por persuadir Fidel

¹⁷ Confidencial. Informação ao Senhor Presidente da República. “IV Conferência dos Países Não-Alinhados. Ataque do Chanceler Cubano ao Brasil”.

¹⁸ Secreto. À Presidência da República. Informação. “Estabelecimento das Relações Diplomáticas Guiana-Cuba. Sem data. (o documento, no arquivo do MRE, se encontra contíguo aos da IV Conferência dos Não-Alinhados, daí a consideração de ter sido produzido nesse tempo).

Castro a não utilizar a Conferência de Argel como plataforma de ataques ao Brasil, evitando a repetição do ocorrido ao ensejo do encontro anterior de Georgetown.¹⁹

Não teve muito efeito, dado que na conferência Fidel Castro voltou a ser referir ao Brasil como “país imperialista a serviço dos EUA”.²⁰

Suriname Independente e antecedentes do Tratado Amazônico

Em janeiro de 1975, o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, despachou com o presidente, Ernesto Geisel, a respeito da independência do Suriname, prevista para o final daquele ano. No entender do Ministro, haveria um vácuo de poder na medida em que a Holanda se afastaria gradualmente de sua derradeira colônia no continente, cabendo ao Brasil o papel de avançar politicamente e economicamente nesse sentido.²¹

Da parte surinamesa, “segundo informações do Consulado em Paramaribo, o Brasil estaria entre os países com os quais o Suriname tem demonstrado especial interesse em estreitar relações”. Não obstante, do entorno regional, era a Venezuela até então a grande parceira: “A Venezuela já dispõe de dinâmico Consulado Geral em Paramaribo, a qual conta com o concurso de um dos maiores centros culturais venezuelanos na América Latina”.²²

O presidente do Brasil entendeu a importância da situação. Em março de 1975 elevou a então Repartição Consular em Paramaribo para o status de Consulado-Geral, uma antessala na direção da abertura de Embaixada. Em junho, autorizou a primeira reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasil-Suriname, tratando basicamente de economia. Em contrapartida, o Suriname instou para que o Brasil enviasse um navio de guerra no dia da celebração de sua independência, agendada para 25 de novembro. Azeredo da Silveira aconselhou Geisel “que o Governo Brasileiro se fizesse representar, em nível de Ministro de Estado” e também que atendesse a demanda e enviasse “um navio-de guerra (sic) brasileiro, a fim de abrilhantar os festejos programados para celebrar o acontecimento”.²³

Impulsionado por esses acontecimentos, a diplomacia brasileira conferiu nova dinâmica para as relações internacionais na região amazônica. A meu juízo, se cristalizou ainda mais a necessidade

¹⁹ Confidencial. Informação para o Senhor Presidente da República. “O Governo de Cuba e a reunião, em Argel, dos Países Não-Alinhados”. 23 de agosto de 1973.

²⁰ Confidencial. Informação ao Senhor Presidente da República. “IV Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados”. 10 de setembro de 1973.

²¹ Confidencial. Informação para o Senhor Presidente da República. “Independência do Suriname. Relações Brasil-Suriname”. 22 de janeiro de 1975.

²² Idem, ibidem.

²³ Confidencial. Informação para o Senhor Presidente da República. “Independência do Suriname”. 2 de outubro de 1975.

do protagonismo do Brasil, cristalizado posteriormente com a OTCA. Vale a pena analisar o longo despacho de Azeredo da Silveira:

No mesmo sentido com que se compreende a existência de um processo político regional no Prata, só muito recentemente começa a configurar-se o aparecimento de um processo político regional amazônico. Os países em que a Hiléia está situada tradicionalmente concentram seus interesses prioritários em outras regiões demograficamente mais ocupadas e economicamente mais ativas, relegando seus respectivos territórios amazônicos a plano secundário na escala das preocupações.²⁴

Mais do que pontuar a complexidade que a região vinha adquirindo, Azeredo tece críticas ao que considerou distanciamento brasileiro:

A política exterior brasileira no Continente refletia essa situação: fatores históricos e geoeconômicos (sic) bem conhecidos condicionaram-na o tratamento altamente prioritário do relacionamento internacional no sub-sistema do Prata. As relações bilaterais com seus vizinhos amazônicos, exceção feita da Bolívia, pautavam-se por linhas de amizade meramente declaratórias, sem nenhuma equivalência efetiva com fatos políticos e econômicos importantes.²⁵

Após essas declarações, o relatório apontou para uma situação, a luz de boa parte da historiografia especializada, bastante particular daqueles anos, qual seja, a pujança econômica brasileira em contraste com a estagnação relativa dos vizinhos (BANDEIRA, 2003). A “nova política” para a região se justificaria assim:

Pode-se presumir que, em virtude da crescente utilização das potencialidades econômicas do Brasil, sua situação em termos de desenvolvimento integral venha a distanciá-lo da situação da grande maioria dos países latino-americanos. Essa defasagem poderá provocar. A) a emergência de um número crescente de interesses brasileiros distintos dos interesses dos demais países do continente. B) a natural expansão comercial e tecnológica do Brasil, com o correspondente aumento de sua penetração e presença nos demais países do Continente. C) a consequente ampliação das “potencialidades de ressentimento contra o Brasil e o temor de tentativas hegemônicas brasileiras, cuja ocorrência já se tem esporadicamente manifesto em alguns países.”²⁶

Em outras palavras, buscava-se mitigar os efeitos do desequilíbrio de poder ao mesmo tempo garantir a liderança de Brasília na montagem de um sistema político regional.

Além dos motivos econômicos, compareciam os motivos considerados de segurança nacional, tais como evitar, com a organização, a intromissão de “potências estrangeiras”, fomentar da tranquilidade para investimentos brasileiros privados e o mediar de desavenças entre os próprios

²⁴ Secreto. Informação ao Senhor Presidente da República. “Institucionalização do processo político regional amazônico”. 13 de fevereiro de 1976.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, ibidem.

países da região.²⁷ Nas palavras do ministro, a institucionalização das relações amazônicas sob comando do Brasil:

Afastaria definitivamente eventuais tentativas internacionais de caráter ecológico-ambiental, destinadas a preservar a Amazônia como região intocável, para servir de filtro compensatório da poluição universal ou, inconfessavelmente, como reservas de materiais estratégicos.²⁸

Contra a “internacionalização da Amazônia” nosso chanceler parecia propor sua “brasianização”. Após listar as mais diversas vantagens do Brasil na eventual assinatura do tratado, concluiu Azeredo: “Por fim, em termos geo-políticos, o Brasil teria aumentado suas possibilidades de tornar-se efetivamente uma potência, na medida em que contribuísse, com natural liderança, para o desenvolvimento do coração do Continente.”²⁹ Os países envolvidos seriam: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Ponderando sobre o ambiente internacional, o chanceler escreveu:

Ao submeter essa sugestão à consideração de Vossa Excelência, bem sei das dificuldades de negociações de iniciativas dessa natureza e da delicadeza das gestões que a precederiam, haja vista, entre outros problemas, as suspeitas que poderiam levantar sobre os propósitos brasileiros em geral, e em relação a Pacto Andino em particular; a ação diplomática que a Argentina provavelmente desenvolveria para dificultá-la.³⁰

Seguia então o aconselhamento de, caso Geisel aprovasse a iniciativa, expedição de convites para os chanceleres dos países em tela visando constituição de uma primeira comissão organizadora. Em anexo, o primeiro rascunho do tratado, englobando livre comércio, integração política, resoluções de conflitos territoriais, etc.

Menos de um mês após esse documento, o chanceler brasileiro apresentou uma análise pormenorizada da Guiana, a mais extensa e detalhada que encontrei no arquivo do MRE a respeito. Destaca a estratégia de inserção internacional do governo Burnham, de ter o Brasil como principal aliado, complementando com o Movimento dos Não Alinhados para, articulado a ambos, se defender das pretensões territoriais da Venezuela. Havia preocupação com a estratégia interna:

Controlando o governo até hoje e preocupada prioritariamente com a conservação do poder, a administração Burnham passou, ultimamente, a identificar seu programa com o radicalismo de esquerda, que a tem conduzido a uma política econômica agressiva de

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Idem, *ibidem*.

nacionalizações e uma política externa multifacetada, onde não falta o conteúdo demagógico.³¹

Essa política angariava apoio crítico da oposição, que tinha no referencial socialista uma posição inequívoca. Recrudescer amizade com o bloco soviético, portanto, funcionava internamente para maior sustentação do regime, fato muito consternador para o Itamaraty. Para o chanceler brasileiro, a Guiana significava também acesso ao Caribe anglófono, o que poderia estar ameaçado se o país fortalecesse os compromissos com outros países. Naquele momento, Georgetown era acusada de dar guarida a militares cubanos e chineses, franqueando seu aeroporto para escala de aviões da ilha no caminho para ajudar a guerrilha em Angola.

Por isso mesmo e diante das potencialidades de risco que a radicalização do processo político guianense poderia acarretar para a própria segurança nacional e de todo Hemisfério, pareceria oportuno que o Governo brasileiro examinasse a conveniência de incrementar sua ação diplomática na Guiana.³²

A insistência recaiu sobretudo em ajuda econômica e aceleração dos projetos de pavimentação de estradas e construção de pontes, aproximando cada vez mais o território de Roraima com a Guiana. Enquanto isso, medidas imediatas, tais como reativação da comissão mista de comércio, cuja última reunião havia sido em 1972, criação de uma comissão mista cultural, convite da mais importante figura militar, brigadeiro Price, para se encontrar com o presidente e desfrutar de agendas no Brasil. Encerrando, “inclusão da Guiana no sistema de cooperação regional amazônico, caso prospere as proposições formuladas a esse respeito”.³³

Alguns dias depois, a chancelaria da Guiana respondeu positivamente a todas proposições brasileiras, afirmando o entendimento de alto nível e a parceria estratégica que o governo Burnham dedicava ao Brasil. Azeredo da Silveira confirmou notícias tanto da embaixada em Georgetown quanto do diplomata guianês no Brasil, afinados em aceitar e propor ainda mais medidas de entendimento com Brasília.

A abertura bastante positiva que se verificou nas relações entre Brasil e a Guiana e o indisfarçável desejo manifestado pelo Chanceler guianense de encontrar-se proximamente comigo, levam-me a crer, Senhor presidente, que deveríamos aproveitar a oportunidade para convidá-lo a visitar o Brasil.³⁴

³¹ Secreto-Exclusivo. Informação para o Senhor Presidente da República. “Relações Brasil-Guiana. Influência Comunista na Guiana”. 31 de março de 1976.

³² Idem, ibidem.

³³ Idem, ibidem.

³⁴ Secreto-Urgente. Informação para o Senhor Presidente da República. “Relações Brasil-Guiana. Convite ao Ministro das Relações Exteriores da Guiana”. 09 de abril de 1976.

Ponderou ainda o chanceler brasileiro que o primeiro ministro do Suriname, e também chanceler, já estava convidado para uma visita a Brasília, o que poderia soar como preferência se o congênere guianense também não protagonizasse uma visita como essa.

O assunto Guianas / Amazônia deveria estar quente naqueles dias, sobretudo no meio político de Brasília e na imprensa. Um deputado do MDB do Paraná, Pedro Lauro, declarou na tribuna, no dia 7 de abril, que o governo brasileiro deveria anexar Estados vizinhos de pequeno porte, como Guiana, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Embora todos esses fossem mencionados, apenas a Guiana aparecia nas chamadas das notícias nos jornais de destaque, talvez por ser o mais frágil do grupo e, portanto, o mais passível de efetiva perda de soberania.

O chanceler brasileiro apressou a desautorizar qualquer debate nesse sentido, alegando o respeito histórico que o país sempre havia demonstrado em relação a seus vizinhos. Chamou atenção o tamanho do espaço na imprensa, com vários dos principais jornais repercutindo a notícia.

35

A maior desavença diplomática do período em tela se daria na sequência, tensionando a estratégia brasileira e ilustrado, ao mesmo tempo, a maneira errática da política externa da Guiana.

Um ministro de Estado desse país, Kit Nascimento, em viagem para Trinidad e Tobago, declarou que o Brasil estava cercando a Guiana militarmente, inflacionando progressivamente o tamanho das tropas na fronteira tendo em vista uma possível ocupação de seu país. Solicitava então ajuda de Trinidad e Tobago. Em despacho assinado pelo então secretário geral das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, dava conta da exigência de pedido de desculpas do governo guianês, além do desmentido da notícia, outrossim bastante repercutida nos jornas anglófonos do Caribe.³⁶

Na sequência desse incidente diplomático, o Ministro das Relações Exteriores da Guiana explicou que não compartilhava da visão de Nascimento. Porém, ressaltava que havia, dentro do governo, tendências a se buscar maior apoio militar cubano, assim devendo ser interpretadas o acontecimento de Trinidad e Tobago. Os EUA estariam fornecendo armamento para o Suriname e negando a Guiana, franqueando a sensação de enfraquecimento bélico frente ao entorno regional. A denúncia contra o Brasil seria nesse contexto de barganhar auxílio de Cuba. O mais grave, porém, dado a crescente dimensão do episódio, foi o próprio líder Forbes Burnham, também de passagem por *Port -of-Spain*, endossar as declarações do ministro Nascimento, combustível para uma crise séria entre Brasil-Guiana. As sugestões de Azeredo da Silveira foram inequívocas:

³⁵ Informação para o Senhor Presidente da República. “Declarações de Deputado do MDB sobre anexação de Estados Estrangeiros”.

³⁶ Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. “Relações Brasil-Guiana. Declarações do Ministro Kit Nascimento. 5 de junho de 1976.

Nessas condições, Senhor Presidente, parece-me oportuno tomar, desde já, medidas mais firmes em relação às irresponsáveis declarações de líderes guianenses sobre supostos desígnios intervencionistas brasileiros na Guiana.³⁷

Seguia instruções para a confecção de notas a ser entregues aos países do Caricom, já que foi numa reunião de cúpula desse órgão que Nascimento e posteriormente Burnham explanaram suas posições. Também nota oficial ao governo de Trinidad e Tobago, sede da reunião. Por fim:

Na hipótese de que, levados por desígnios inconfessáveis, e mesmo interesse de terceiros países (Cuba), torne as autoridades daquele país a insistir em suas acusações, quero crer, Senhor Presidente, que nos restaria, então, a hipótese de ação no âmbito da ONU (a Guiana não é membra da OEA), através de carta do Representante Permanente na ONU ao Secretário Geral da Organização. Não considero oportuno, no momento, esse recurso extremo já que os países do Continente e aqueles com os quais temos relações serão mais sensíveis ao que dissermos em um contexto bilateral do que no foro das Nações Unidas, onde vozes certamente se levantarão contra nós, inclusive por motivos ideológicos.³⁸

Podemos especular que talvez essa hipótese tenha passado pela mente do governo da Guiana, por conta da situação conjuntural das Nações Unidas naquele momento:

A própria Guiana será levada a contestar-nos, também por carta ao Secretário Geral, uma vez que essa correspondência é circulada entre todos os membros da Organização, iniciando-se, assim, um processo de discussão cuja natureza confrontatória dificilmente poderá ser controlada. Nesse quadro, não seria também de excluir a possibilidade de que a Guiana, afinal, solicitasse a convocação do Conselho de Segurança, cuja presidência é exercida este mês pelo representante daquele país, sob o argumento de que a disparidade de poder entre os dois países a coloca em situação de risco.³⁹

À luz do pensamento do chanceler brasileiro, podemos especular que a Guiana talvez jogasse com o desgaste da ditadura brasileira entre alguns países, sobretudo aqueles dos Não - Alinhados, onde a Guiana tinha certa força. Também no Caribe a imagem brasileira não era boa, tanto do ponto de vista cubano quanto das ex-colônias britânicas e francesas. Ou ainda tratar-se de uma forma estranha de barganha, pressionando o Brasil para obter maiores ganhos econômicos e políticos.

Estava marcada para o mês de julho a passagem do Ministro das Relações Exteriores da Guiana em Brasília, com a agenda toda preparada de visitas e conversas com o presidente Geisel. Azeredo da Silveira aconselhou a manter essa agenda, cobrando então pessoalmente as declarações

³⁷ Secreto. Informação para o Senhor Presidente da República. “Relações Brasil-Guiana. Declarações do Ministro Kit Nascimento e do Primeiro-Ministro Burnham. 13 de julho de 1976.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ Idem, ibidem.

dos outros líderes guianeses. Sintomático era que, alguns dias antes, o chanceler do Suriname esteve no Brasil em missão oficial. Talvez uma forma de Burnham buscar mais atenção de Brasília em relação ao vizinho recém independente.

No encontro entre o Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Frederick Wills, e o presidente da República Ernesto Geisel, ocorrido no dia 13 de julho de 1976, o primeiro adotou o tom de muitas desculpas e satisfações explicando, ao mesmo tempo, o que estava acontecendo internamente em seu país, o que justificaria os “mal entendidos” com as críticas ao Brasil ,a presença de Cuba e o apego ao socialismo:

Neste sentido, Mr. Wills esclareceu que a Oposição de seu país mantém vínculos com Cuba. Numa manobra política empreendida por seu Partido, houve uma aproximação com Cuba na esperança de se poder dessa forma enfraquecer a oposição ... Outrossim, teria havido talvez uma certa falta de compreensão resultante de sua estratégia interna; a Guiana optou por um tipo de socialismo cooperativista que visa sobretudo o controle de seus recursos naturais, em particular bauxita e açúcar. O povo da Guiana não adere a teoria marxistas, e para o homem comum a palavra Marx evocaria imediatamente Groucho e não Marx.⁴⁰

Compreensível essa narrativa do Ministro, tendo em vista que o PPP (Partido Popular Progressista), partido da oposição, de fato se declarava marxista, com vínculos explícitos com Cuba e apoio oficial aos soviéticos, como foi dito acima. Wills complementou afirmando que “o Brasil é para ele a chave de toda sua política exterior.” Na sua resposta, Geisel demonstrou compreensão pelos problemas guianenses, aceitando as explicações fornecidas. Ainda

Ressaltou que, durante seu governo, ele e o Ministro Silveira romperam até certo ponto com uma antiga tradição sentimental unindo o Brasil a Portugal, o que teve por resultado o reconhecimento de vários países: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissal. Dentro desse espírito o Brasil vê com satisfação o desenvolvimento de países amigos, como a Guiana.⁴¹

O Ministro Wilss afirmara que toda possível desconfiança estaria terminada, voltando para a Guiana “aliviado na certeza de que foram definitivamente dissipados quaisquer rumores que poderiam afetar negativamente as relações entre os dois países”.⁴²

Passado esse episódio, o Brasil acelerou a montagem da OTCA, inaugurada oficialmente em 1978. A Guiana não perdeu um centímetro de seu território, em grande parte por conta da manutenção de relações cordiais com Brasília. Com o incremento do declínio econômico, fruto da

⁴⁰ Secreto. Informação ao Senhor Presidente da República. “Visita do Ministro das Relações Exteriores e da Justiça da República Cooperativista da Guiana ao Senhor Presidente da República”. 16 de julho de 1976.

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Idem, ibidem.

má gestão de suas estatais e não renovação de empréstimos do FMI, a Guiana se tornou um dos países mais pobres do mundo, controlando o descontentamento social interno com muita repressão e violência.

Na segunda metade dos anos 1970, o país seguiu com a retórica socialista e a participação internacional nos não alinhados, sem jamais despertar, do meu ponto de vista, preocupações substantivas nos EUA e em Brasília. A firme posição da diplomacia brasileira ajudou a manter a soberania nacional guianesa longe de Cuba e da URSS.

Considerações Finais

A Guiana, segundo menor país da América do Sul, se encontrou isolada a partir de sua independência política, em 1966, justamente pela solução interna em relação ao crescimento de um partido marxista e da retirada dos ingleses enquanto hegemonia. Os EUA enquadraram a nova nação, ajudando com empréstimos e apoio diplomático. Porém, descartada a ameaça imediata que Cheddy Jaggan e seu partido representava, o governo Burnham interpretou como negligência norte-americana a negativa de ajuda econômica mais pujante, levando-o a procurar outras referências internacionais.

O problema maior, logo de saída, foi o assédio venezuelano sobre a *Guiana Essequiba*, além da diminuta atividade econômica, basicamente sustentada pelo açúcar e a bauxita. Ao sul, o gigante brasileiro iniciava uma caminhada de maior autonomia dentro do alinhamento com o Washington na Guerra Fria, o que permitiu que Gerogetown desfrutasse de uma relação estreita com Brasília, malgrado o ziguezague ideológico e as contradições internas.

Fora da OEA, a Guiana empreendeu sua diplomacia para o terceiro-mundismo, o que não isentou de certo atrito diplomático com o Brasil, contornado através de lamentos e explicações de algumas de suas autoridades.

A independência do Suriname, em 1975, e o apoio de Fidel Castro e da República Popular da China, foram outros elementos que circunscreveram a problemática, resolvida através da proposição da liderança brasileira no processo político da Amazônia. A partir da segunda metade dos anos 1970, a Guiana teve garantida sua soberania territorial, bem como o bom relacionamento com Brasília.

Assim, o objetivo deste trabalho foi uma leitura dos problemas internacionais da Guiana, na década que se seguiu a sua emancipação, através da documentação diplomática produzida nos encontros dos chanceleres brasileiros com os generais presidentes.

Penso que a mediação do Brasil no contexto foi o motivo primordial da manutenção da soberania da Guiana, bem como sua integridade territorial nos moldes conquistados pela Inglaterra, antiga metrópole, na primeira metade do século XIX.

Referências

Fontes

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Informações do Itamaraty à Presidência da República. Despachos e Ofícios dos Ministros das Relações Exteriores com os Generais Presidentes. (1966-1980).

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BROTHERSON JR, Festus. The Foreign Policy of Guyana, 1970-1985: Forbes Burnham 's Search for Legitimacy. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 31, n. 3. 1989. (<http://www.jstor.org/stable/165891>)

CERVO, Amado Luis, BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Editora da Unb, 2002.

LIMA, Erick Cavalcante Linhares. *Política Externa do Vizinho Distante. Estudo de Caso da República Cooperativa da Guiana*. Tese de Doutorado. Unb. 2011.

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. N. 50. pp. 97-117. 2007.

SILVA, Carlos Alberto Borges. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2005.

VIZENTINI, Paulo. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.